

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 6, N. 1, jan./jun. 2007



Fas. 75711 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.6 n.1
jan./jun. 2007 ex.2

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.



Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB -

aab@aab.org.br

Av. Presidente Vargas, 1733- sala 903 CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 6, n. 1

jan./jun. 2007

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	Paulino Lemes de Sousa Cardoso
ARTIGOS	5	Os princípios da teoria da classificação e o processo de organização de documentos de arquivo <i>Renato Tarciso Babosa de Sousa</i>
	27	Análise documentária de crônicas jornalísticas <i>Dilza Ramos Bastos</i> <i>Maria Luiza de Almeida Campos</i>
	43	Preservação de correspondência: o e-mail em laboratórios científicos e tecnológicos <i>Maria Celina Soares de Mello e Silva</i> <i>Vera Lúcia da Ascensão Rego</i>

Arq. & Adm.

Rio de Janeiro

v. 6

n. 1

p. 1-56

jan./jun. 2007

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Paulino Lemes de Sousa Cardoso

Revisão técnica: Dilza Ramos Bastos

Editoração Eletrônica: Stefano Figalo

Apoio: FEMADE – Tecnologia Ltda

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n.0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v.: 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo – Periódico. 2. Gestão de documentos – Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Reg. 75733

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Vice-presidente: Eliana Balbina Flora Sales
1º Tesoureiro: Renata Silva Borges
2º Tesoureiro: Alcides Sodré Peçanha Filho
1º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira
2º Secretário: Laura Regina Xavier

Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso
José Maria Jardim
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Mária Odila Fonseca
Paulo Elian
Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

Arquivo&Administração, publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros, completa 35 anos de bons serviços prestados em prol da Arquivologia no Brasil.

Neste número, podemos contar com a colaboração sempre presente e efetiva de mestres e doutores em Ciência da Informação e História Social. Esses profissionais vêm prestando um estimulante trabalho junto às suas instituições de origem que, sem dúvida, se orgulham de tê-los em seus quadros, é o caso da Universidade Federal Fluminense, Fundação Casa de Rui Barbosa, Universidade de Brasília e o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

O primeiro texto, “Análise documentária de crônicas jornalísticas” – *Uma busca de diretrizes teóricas e metodológicas* foi escrito por Dilza Ramos Bastos e Maria Luiza de Almeida Campos. Dilza é Mestre em Ciência da Informação e atua na Fundação Casa de Rui Barbosa. Maria Luiza é Doutora em Ciência de Informação e pertence ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. O artigo é resultado da dissertação de mestrado de Dilza Ramos Bastos, sob orientação da professora Maria Luísa de Almeida Campos.

O segundo texto, “Os princípios da Teoria da Classificação e o processo de organização de documentos de arquivo”, é de Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Professor Adjunto do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. É doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Finalmente, o terceiro texto, “Preservação de correspondência: o e-mail em laboratórios científicos e tecnológicos”, apresenta um artigo de Maria Celina Soares de Mello e Silva e Vera Lúcia da Ascenção Rego. Ambas pertencem aos quadros do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Espero que os textos incluídos nesta edição sejam do inteiro agrado do leitor.

Paulino Lemes de S. Cardoso

OS PRINCÍPIOS DA TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Professor Adjunto do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, graduado em História pela Universidade de São Paulo, especialista em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo, mestre em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.
renasou@unb.br

RESUMO

Procura-se, no diálogo com outras áreas do conhecimento humano, verificar a possibilidade de construção de um novo marco referencial para o tratamento da classificação de documentos arquivísticos. O pressuposto é que o arcabouço teórico-metodológico da área não consegue resolver as questões impostas pela grande massa de documentos acumulada diariamente pelas organizações contemporâneas, pela disseminação das novas tecnologias e pelo desenvolvimento social. A classificação é uma operação matricial de todo o trabalho arquivístico e é, também, um elemento importante para a transparência e compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para preservação da memória técnica e administrativa das instituições contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: *Arquivística; Classificação de documentos arquivísticos; Metodologia de pesquisa; Teoria da Classificação.*

Abstract

This paper aims at establishing a new landmark as far as the study of classification for archival documents is concerned. This study is largely interdisciplinary, looking for the foundations of classification in other areas of human knowledge. Our main presupposition is that the theoretical and methodological structure of classification is not adequate to solve most of the problems imposed by the great mass of documents gathered every day by modern organization by the dissemination of new technologies and by social development. Classification is a matrix operation of all the archival operations. It is also an important element for the transparency and sharing of information: these are straight lines towards decision taking, for the preservation of technical and administrative memory of modern institutions and for the full improvement of citizenship.

Key-words: *Archive science; Archivology; Classification of archival documents; Research methodology; Theory of Classification.*

1 Introdução

A classificação é uma atividade matricial de todo que-fazer arquivístico, precedendo todas as outras funções, principalmente a avaliação e a descrição. É destacada pela maioria dos autores como uma tarefa fundamental, um momento especial no processo de organização, primeiro passo para permitir o acesso à informação. Nota-se, entretanto, um hiato muito grande entre o seu reconhecimento e o aprofundamento teórico sobre o tema. Trabalhamos com classificação sem agregarmos os importantes avanços proporcionados pela Filosofia e pela Teoria da Classificação.

Como é possível pensarmos em classificação de uma maneira tão intuitiva e tão inconsistente do ponto de vista teórico? Como é possível construirmos instrumentos de classificação sem os fundamentos da Teoria da Classificação? O objetivo desse artigo é procurar respostas para essas duas questões. Tal empreitada exigiu, entretanto, um aprofundamento no entendimento sobre o conceito de classificação. Além disso, tentamos verificar o que possibilitou a passagem das classificações com bases intuitivas para bases científicas, os campos de aplicação do conceito de classificação, os princípios de classificação a partir das propostas dos filósofos e dos estudiosos da Teoria da Classificação e os princípios aplicáveis ao processo classificatório em Arquivística em toda sua dimensão e especificidades.

2 A classificação como processo humano

Vivemos experiências interessantes todos os momentos de nossas vidas, algumas são singulares. Certa vez um grande amigo foi a uma feira livre para comprar algumas frutas e verduras. Em uma das barracas, o feirante, que estava pronto para vender a ele um quilo de tomate, resolveu discutir sobre a natureza e o caráter das pessoas. Ele comprava diariamente cerca de quatro caixas de tomates. Em cada caixa havia, pelo menos, dez tomates podres. E essa situação, segundo ele, poderia ser estendida a outros momentos da vida. Por exemplo, dos mais de trinta feirantes daquela feira, certamente haveria, pela lógica do feirante, três ou quatro de caráter duvidoso. Provavelmente, ele nunca ouviu falar em estatística, amostragem, filosofia, dentre outros conhecimentos envolvidos em seu raciocínio.

O conceito de classificação também é apropriado sem que se tenha consciência sobre ele. Kumar (1988, p. 1) esclarece que a classificação percorre todas as atividades da vida do homem. A maioria das pessoas não é consciente do fato que nós classificamos em uma grande extensão em nossas vidas diárias. Sem classificação o progresso humano seria impossível.

Para Langridge (1977, p. 11), o fato da inconsciência é um indicio da natureza fundamental do processo de classificação. E mais: "sem classificação não poderia haver nenhum pensamento humano, ação e organização que conhecemos. A classificação transforma impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos reconhecíveis e padrões recorriáveis". Buscando a Psicologia, Langridge cita o inglês Patrick Meredith para quem "grande parte da arte de aprender consiste em regularizar hábitos pessoais de classificação". Astério Campos (apud PIEDADE, 1983, p. 16) considera que "a classificação, entendida como processo mental de agrupamento de elementos portadores de características comuns e capazes de ser reconhecidos como entidade ou conceito, constitui uma das fases fundamentais do pensar humano".

Piedade (1983, p. 17), buscando as origens do termo, nos ensina que:

a palavra classificar vem do latim *classis*, que designava os grupos em que se dividia o povo romano. Foi cunhada por Zedler, em 1733, no *Universal Lexicon*, combinando as palavras latinas *classis* e *facere*, para apresentar uma divisão de apelações de Direito Civil e, só no fim do século XVIII, passou a ser empregada para a ordenação das ciências.

Liard (1979, p. 122) tenta explicar o processo de construção da classificação. Segundo o autor, dentro de uma perspectiva da Lógica, ele parte da observação dos indivíduos (objetos) e é seguido pela comparação. São observados, então, caracteres comuns em certo número de indivíduos dissemelhantes. As diferenças são eliminadas e conservadas as analogias e com estas constitui-se tipos de variável extensão.

Parece haver certo consenso entre os autores sobre a natureza humana do processo classificatório, mas isto não quer dizer, como alguns concluíram anteriormente, que há uma classificação absoluta do mundo a espera de ser descoberta. Classificar é, sobretudo, representar para poder conhecer. Essa representação é sempre parcial e nunca do todo, pois há limitações na forma do homem ver a realidade, que são definidas por fatores sociais, culturais, ideológicos etc. Portanto, não descobrimos, mas sim elaboramos classificações a partir de nossa cosmovisão, de nossos interesses, de nossos objetivos.

Langridge (1977, p. 11) não tem muita convicção na afirmação do filósofo americano John Dewey quando ele sugere que "conhecimento é classificação". Gil (2000, p. 90-110), no mesmo caminho, reconhece que as classificações ocupam uma posição desconcertante na constituição do conhecimento e na sua relação com ele. Em primeiro lugar, porque não é evidente se, e de que modo, elas são suscetíveis de produzir conhecimentos. Aparentemente, para o autor português, uma classificação limita-se a dispor certos objetos, de determinada maneira, segundo certos critérios. Na verdade, as classificações encontram-se em um momento anterior ao conhecimento. Isto é sugerido pela dependência da noção de classificação para com as classes. "A organização dos objetos de investigação em classes representaria uma fase preliminar das atividades de conhecimento – e o arranjo não criaria novos conhecimentos, mesmo que unificasse e consolidasse os conhecimentos existentes". Essa afirmação é corroborada por Kant, que em sua *Crítica da Razão Pura*, reconhece que "o todo é, portanto, um sistema articulado e não apenas uma acumulação; pode assim crescer a partir do interior, mas não a partir do exterior, semelhante ao corpo de um animal a que o crescimento não junta qualquer membro, mas, sem alterar a proporção, torna cada um dos seus órgãos mais forte e apropriado aos seus fins".

O desenvolvimento social, econômico, político e cultural da sociedade impuseram, entretanto, a necessidade de classificar objetos e idéias de forma bem mais complexa. Diferentemente das sociedades primitivas que lidavam com classificações mais simples, práticas e óbvias dos objetos de uso corrente para agricultura, caça, pesca e guerra por questões de sobrevivência, segurança e preservação. (FERNANDEZ, 1979, p.257).

A percepção e a compreensão dos objetos e dos fenômenos que cercam o homem são tão antigas quanto a sua própria existência. Como é possível ter conhecimento daquilo que existe simultaneamente nos instantes sucessivos da duração, questiona Liard (1979, p. 121). De um modo geral, deve esse conhecimento consistir na redução do múltiplo à unidade, pois os seres coexisten-

tes são em número indefinido e, portanto, impossível ter de cada um deles uma representação individual, complementa o autor.

O problema da classificação passa, segundo Pombo (1998, p. 2), pelo desejo e necessidade primordial de conhecer o que nos cerca, os fenômenos, os objetos, os seres, isto é, a cognoscibilidade da vida e desse longo caminho da história.

Para Liard (1979, p. 121) é necessário “reunir a multiplicidade indefinida dos seres em um número finito de tipos que representem o que tenham de comum todos eles e as relações gerais que os unem uns aos outros. Essa redução é feita pela classificação”. Ela não é uma auxiliar da memória e sim um verdadeiro instrumento científico. E como tal transformou-se em um dos pilares do conhecimento.

Pombo (1998, p. 19) entende que “nada nos parece mais ‘natural’, óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos. Elas constituem os pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de ‘idades’ ou ‘geografias’”. Para a autora, somente a classificação nos permite orientar-nos no mundo a nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos. E mais: ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente.

Kumar, na mesma linha de Ranganathan, destaca dois sentidos do significado de classificação: divisão e agrupamento. O homem pratica classificação por meio do método da divisão. O agrupamento é o processo de divisão de um universo em grupos muito mais que o arranjo dos grupos em uma seqüência definitiva. Esse último sentido de classificação, o agrupamento, é entendido, pelo autor, como a principal contribuição dos filósofos e taxionomistas. (KUMAR, 1988, p. 2).

Nós não discutimos as classificações a partir das quais o nosso próprio discurso se constrói, propõe Pombo (1998, p. 19-33). Anteriores às palavras, às percepções e aos gestos, essas classificações primordiais aparecem-nos óbvias e inquestionáveis. Elas são códigos fundamentais de todas as culturas, não no sentido vulgarmente sociológico e relativista de instituições que variam de uma idade para outra, de uma geografia para outra, mas como aqueles que “fixam logo à entrada, para cada homem, as ordens empíricas com que ele terá que lidar e em que há-de encontrar” (FOUCAULT apud POMBO, 1998, p. 20), solos epistêmicos “onde os próprios conhecimentos enraízam a sua possibilidade” (FOUCAULT apud POMBO, 1998, p. 20) e onde o olhar minucioso, descritivo, hierarquizador e relacional que torna possível a constituição de todos os saberes encontra o seu próprio princípio de instituição.

3 A passagem das classificações com bases intuitivas para bases científicas

Utilizando um trecho de “O idioma analítico de John Wilkins”, de Jorge Luís Borges, que aparece citado também no prefácio de “As palavras e as coisas”, de Michel Foucault, Pombo (1998, p. 19) chama a atenção sobre um sentimento que se extrai desse fragmento de Borges, pois, segundo ela, nos coloca em uma situação de desamparo, de inqualificável mal-estar pelo fato de ele nos confrontar com classificações insólitas, completamente estranhas às categorias do nosso pensamento. Borges (1985, p. 111) diz que “os animais dividem-se em a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães soltos, h) incluídos nesta lista, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pêlo de camelo, l) etc., m) que acabam de partir o jarrao, n) que de longe parecem moscas”.

Essa classificação dos animais elaborada dentro do imaginário de Jorge Luís Borges está fundamentada apenas em bases intuitivas, como a maior parte dos processos classificatórios desenvolvidos para os documentos de arquivo.

É possível encontrar bases científicas para criação de sistemas ou esquemas de classificação? Para responder essa questão foi preciso trazer a Filosofia para ocupar um lugar privilegiado na construção de um arcabouço teórico-metodológico do que no século XX passou a se chamar de Teoria da Classificação.

Fernando Gil (2000, p. 90-110) considera difícil a posição conceitual das classificações, pois elas estão no cruzamento de várias dimensões cognitivas. Fundamentadas em diferenças e semelhanças, colocam-se entre o unívoco e o equívoco, reúnem análise e síntese. Elas estariam na intersecção da representação não interpretada ou de uma fenomenologia e de uma teoria propriamente dita: entre descrição e explicação, pensamento empírico e pensamento científico. Mas existem classificações que exprimem o resultado ou que são o condensado de uma teoria. Nesses casos, elas têm também um alcance explicativo e preditivo.

Parrochia (1998) distingue quatro épocas que marcam os problemas taxionômicos:

- de Platão e Aristóteles aos grandes taxionomistas do século XVIII, época em que se desenvolvem as classificações hierárquicas e, geralmente, monocritérios;
- durante o século XVIII quando surgem as classificações hierárquicas e multicritérios e, virtualmente, infinitas;
- no início do século XIX com as tabelas químicas de Lavoisier e Mendeleiev e suas características combinatórias ou de ordens múltiplas;
- e o século XX e a época contemporânea com os modelos algébricos rigorosos.

Tentaremos, a partir desse momento, entender a trajetória do conceito de classificação por meio das quatro épocas definidas por Parrochia. Buscando, inclusive, a colaboração de outros autores e o entendimento da apropriação do conceito por várias áreas do conhecimento humano.

Piedade (1983, p. 61) nos lembra que não existe consenso sobre a origem da história das classificações. Alguns autores consideram Platão como o primeiro a se preocupar com as classificações filosóficas. Outros, como Dahlberg, entendem que Aristóteles tem essa primazia.

Por classificações filosóficas, também conhecidas como classificações do conhecimento, classificações metafísicas ou classificações das ciências, Piedade (1983, p. 61) percebe como aquelas criadas pelos filósofos com o objetivo de definir e hierarquizar o conhecimento. Elas surgem quando se compreendeu que o Universo é um sistema harmônico, cujas partes estão dispostas em relação ao todo, que há uma hierarquia das causas e dos princípios e, portanto, uma hierarquia e relação entre as ciências que os estudam, e resolveram eschematizar essas hierarquias, criando classificações filosóficas.

Discorrendo sobre a primeira época da evolução dos problemas taxionômicos, Parrochia (1998) observa que era uma tendência típica do espírito grego querer reduzir uma realidade complexa e múltipla em algumas categorias que satisfizessem a razão, tanto pelo seu número restrito quanto pelos sentidos claros e precisos que se unem a cada uma delas. Platão, assim, classifica qualquer espécie de coisas: os tipos de vida; a forma das constituições; os prazeres e as artes; as ocupações e

os ofícios; os modos de conhecimento e de não-conhecimento, as posições filosóficas etc. As classificações de Platão são tipicamente hierárquicas e, freqüentemente, dicotômicas e fundadas quase sempre sobre um só critério. Ele divide o conjunto das práticas em: práticas relativas ao corpo e práticas relativas à alma. Em seguida, subdivide cada grupo em duas subclasses: ginástica e medicina (práticas relativas ao corpo) e legislação e justiça (práticas relativas à alma). De igual forma, o conjunto da realidade é dividido em lugar visível e lugar invisível, que também são subdivididas duas vezes cada uma. As regras que devem obedecer às divisões nas classificações são as seguintes: convém operar divisões simétricas, a fim de ter classes equilibradas; será necessário escolher as boas articulações; se deve evitar as determináveis negativas (oposição do não-A ao A).

Aristóteles, crítico do método de Platão, introduz definições das noções de tipo, de espécie, de propriedade e uma teoria de predicáveis fundamentais, que será desenvolvida posteriormente por Porfírio e Boécio. Essa teoria repousa sobre a oposição entre a essência e o acidente. A essência é o conjunto de características que definem uma coisa (uma substância) e o acidente é a presença ou ausência que não altera a essência. O método aristotélico de classificação era a dicotomia descendente, do geral para o específico. Aristóteles, para classificar os animais, formou grupos por inspeção de afinidades.

Porfírio, filósofo neoplatônico, apresentou princípios para determinar as subdivisões das classificações, que ele denominou como predicáveis. São cinco os predicáveis: gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. Gênero é um conjunto de coisas ou idéias que pode ser dividido em dois ou mais grupos ou espécies. Espécies são os vários grupos resultantes da divisão de um gênero por determinada característica. Diferença é a qualidade que distingue as espécies, qualidade ou atributo que, somado aos próprios e aos gêneros, distingue as espécies. Propriedade ou próprio é a qualidade comum a todos os membros de um gênero, mas que não lhes é exclusiva. E, por último, o acidente, que é uma qualidade que pode ou não se manifestar nos vários membros de um mesmo gênero e aparece acidentalmente. (PIEDADE, 1983, p. 25-26).

Umberto Eco (1989, p. 324) defende que a grande contribuição de Porfírio foi a interpretação de Aristóteles a partir de uma árvore: a árvore de Porfírio. Para ele:

[...] a árvore porfiriana das substâncias aspira a ser um conjunto hierárquico e finito de gêneros e espécies. Gênero e espécie são mutuamente definíveis e, por conseguinte, complementares. Todo gênero colocado num ramo alto da árvore compreende espécies que dele dependem, toda a espécie subordinada a um gênero é um gênero para a espécie que lhe é subordinada, até a extremidade inferior da árvore, onde estão colocadas as espécies especialíssimas ou substâncias segundas. No ramo superior máximo está o *genus generalissimum* (representado pelo nome da categoria) que não pode ser uma espécie de mais nada. Assim, toda espécie postula o próprio gênero superior, enquanto não se pode afirmar o oposto. Um gênero pode ser predicado das próprias espécies, enquanto as espécies são incluídas num gênero.

A sistematização do conhecimento de maneira esquemática é posterior ao século XV, como nos lembra Dahlberg (1979, p. 353). É, sobretudo, com o italiano Ângelo Poliziano que foi iniciado

um movimento de elaboração de sistemas de classificação. A partir daí vários filósofos e cientistas (Francis Bacon, Ampère) elaboraram planos de classificação das ciências. E é esta arte de elaborar sistemas, com alguma idéia intuitiva sobre divisões, prioridades no arranjo (hierarquias e subordinações) que, até recentemente, era conhecida como teoria da classificação.

A Idade Média e o Renascimento, segundo Parrochia (1998), conhecerão grandes enciclopedistas e grandes defensores das classificações. Principalmente Francis Bacon (1561-1626), cujos trabalhos são, para muitos, a origem das classificações enciclopédicas, que inspiraram, mais tarde, enciclopedistas e bibliotecários do século XIX.

Entretanto, a lógica das classificações, que permaneceu aquela de Aristóteles, não conheceu praticamente nenhum desenvolvimento novo até o século XVIII. Kant (1724-1804) resumiu o essencial das aquisições dos séculos precedentes precisando as definições de certo número de termos e de operações, que são da competência da teoria das classificações, utilizadas empiricamente pelos naturalistas da época: Lineu, Cuvier, Tournefort. Kant indicou a noção de divisão lógica de um conceito, definida da seguinte maneira: a determinação de um conceito do ponto de vista de qualquer compreensão possível sobre ele, na medida em que esse possível é oposto a outro, ou seja, difere, chama-se divisão lógica do conceito. O conceito superior denomina-se o conceito dividido e os conceitos inferiores, os membros da divisão. De acordo com Kant, a divisão lógica deve obedecer as seguintes regras: os membros da divisão excluem-se entre si; resultam de um conceito superior e a sua reunião volta à esfera do conceito dividido; cada membro de uma divisão pode ser dividido.

Os trabalhos de classificação da História Natural tiveram um grande alcance em outras áreas do conhecimento nos séculos XVIII e XIX. Pode-se falar que os estudos nessas áreas foram fortemente influenciados pelos naturalistas, como reconheceu Augusto Comte. Para ele “a teoria geral das classificações, estabelecida nestes últimos tempos pelos trabalhos filosóficos dos botanistas e dos zoologistas, permite esperar um sucesso real neste trabalho (de classificação das ciências), oferecendo-nos um guia certo para o verdadeiro princípio fundamental da arte de classificar (...)”. (COMTE apud POMBO, 1998). Ampère também reconheceu essa importância. Na sua concepção, “na classificação de todos os conhecimentos humanos, o filósofo deve considerar as verdades individuais como o naturalista considera as diversas espécies de vegetais e animais”. (AMPÈRE apud POMBO, 1998).

Lineu (1707-1778) reconheceu a espécie como unidade básica da classificação biológica e as organizou em grupos cada vez mais amplos. Somente os gêneros e espécies teriam existência verdadeira, enquanto que as demais categorias seriam invenções humanas. Dizia ele: “Uma ordem é uma subdivisão de classe necessária para evitar o agrupamento de um número maior de gêneros do que a mente possa facilmente seguir”. Entretanto, Buffon não acreditava na existência das espécies. Dessa forma, construiu um sistema não hierárquico de classificação dos seres vivos, agrupando algumas espécies por caracteres taxionômicos, outras por critérios fisiológicos e outras por caracteres ecológicos.

A terceira época na história das classificações, proposta por Parrochia (1998), é intitulada de classificações combinatórias ou ordens múltiplas cruzadas. Esse tipo de classificação é resultado do cruzamento de duas (ou várias) divisões ou do cruzamento de duas (ou várias) hierarquias de divisões. Nesse tipo de estrutura os elementos são distribuídos de acordo com duas ou várias dimensões que dão lugar a uma tabela de multiplicação. As classificações dos elementos químicos de Lavoisier, e depois de Mendeleiev, constituem os exemplos típicos desse gênero de classificação.

A quarta época na história das classificações, definida por Parrochia (1998), que é a que percorre o século XX até a época contemporânea com os modelos algébricos rigorosos, parece não

ter tido muita influência nas classificações empreendidas em outras áreas do conhecimento. Portanto, a partir desse momento buscaremos compreender a trajetória do que se convencionou chamar de Teoria da Classificação.

Em uma breve história da Teoria da Classificação, Dahlberg nos fala que, quando apenas arte, a classificação foi aplicada de diversas maneiras de acordo com o estágio de desenvolvimento do conhecimento humano. É possível encontrar as marcas dessa forma de lidar com a classificação nos trabalhos de grandes filósofos. Principalmente, no Indic Veda, na Bíblia e nas coleções enciclopédicas de tudo o que era conhecido numa determinada época. Eles foram organizados sistematicamente, isto é, o conhecimento neles apresentado era disposto segundo alguma idéia preconcebida. Nessa fase, o último trabalho realizado foi o de Diderot e D'Alembert (1751-1780), que apresentava-se não só numa forma sistemática, mas também – como uma inovação – em uma ordem alfabética. (DAHLBERG, 1979, p. 352).

O papel da Filosofia é fundamental para a construção de uma teoria da classificação. Ela, na verdade, fornece a fundamentação para uma ciência. “Não se trata de impor soluções mas (...) de dar um contributo reflexivo e dialógico às elaborações teóricas e técnicas que forem sendo propostas por todos aqueles que se disponham a trabalhar interdisciplinarmente na elaboração científica e técnica de uma ciência da classificação”. (POMBO, 1998).

A aproximação da teoria da classificação com os princípios filosóficos (fundamentos conceituais da formação, divisão e partição de classes) foi compreendida por Dahlberg como fundamental para transformar o *status* da classificação. Para a autora (1979, p. 352), “a antiga arte de classificar, tão antiga quanto a humanidade, apenas recentemente adquiriu uma base teórica adequada – base esta que nos permite presumir que ela progrediu do *status* de arte para o de ciência”.

Os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica, explica Astério Tavares Campos (1986, p. 86), tiveram origem no final do século passado com o famoso Sistema de Classificação Decimal de Melvil Dewey, num clima iluminista e positivista. Esse ambiente epistemológico atribuía ao conhecimento científico caracteres idênticos aos do conhecimento metafísico: rapidez e imutabilidade, com crescimento apenas interno por sucessivas acumulações. As tabelas de classificação eram, então, a representação “da eternidade e da perenidade do saber”. Japiassu (apud CAMPOS, 1986, p. 86) adverte que “o pensamento científico não se desenvolve num vazio cultural, mas no interior de um quadro de pensamento, de um contexto de idéias, de princípios fundamentais e de evidências axiomáticas pertencentes a um domínio de ordem extracientífica”.

A primeira classificação bibliográfica de caráter universal surge, no século XIX, nos Estados Unidos com Melvil Dewey (1851-1931). Não é a primeira classificação a utilizar o assunto para dividir os livros de uma biblioteca, mas foi, segundo Piedade (1983, p. 87), a primeira a atribuir símbolos (numéricos) de classificação aos livros. Dewey descreveu, nos seguintes termos, como a idéia lhe aflorou ao espírito:

[...] Durante meses imaginei, noite e dia, que deveria haver, em alguma parte, uma solução satisfatória. No futuro teríamos milhares de bibliotecas, a maioria das quais aos cuidados de pessoas com pequena capacidade ou escasso adiestramento. O primeiro requisito da solução há de ser a maior simplicidade possível. O provérbio dizia ‘simples como a, b, c’, mas ainda mais simples do que isso era 1, 2, 3. Após

meses de estudo, um domingo, durante um longo sermão do pres. Stearns, enquanto o encarava com firmeza sem lhe ouvir uma palavra, e absorvida a mente no problema vital, a solução coruscou-me ante os olhos, a ponto de fazer-me saltar da minha cadeira e de quase levar-me a gritar ‘Eureka!’. Consistia ela em alcançar a simplicidade absoluta empregando os mais simples símbolos conhecidos, os algarismos arábicos na qualidade de decimais, com o zero revestido da significação usual, a fim de numerar uma classificação de todo o conhecimento humano impresso; completando tal expediente pelos símbolos que, depois dos números, eram os mais simples, ou seja, a, b, c, e indexando todos os títulos das tabelas, de forma que seria mais fácil usar a classificação com 1.000 títulos assim ajustados, do que os 30 ou 40 títulos que reclamam cuidadoso estudo antes de serem utilizados (...). (SCHELLENBERG, 1980, p. 11).

Para Schellenberg (1980, p. 11), a tese fundamental do sistema decimal de Dewey é a de que o conhecimento humano pode ser dividido em dez classes principais, cada uma das quais comportando a repartição sucessiva em seções e subseções de dez. As subdivisões de dezenas visavam a adoção dos números decimais, que constituíam parte integrante do sistema. As classes eram escritas com três algarismos. A maior parte das classes maiores dividia-se segundo critério puramente lógico, que consistia em decompor o todo nas partes, e estas, em partes menores ou, por outras palavras, em dividir sucessivamente uma ampla área de assuntos em áreas menores.

Piedade explicou, de forma muito interessante, a ordem das classes principais do sistema de Dewey:

O homem começou a pensar e a procurar uma explicação para a sua existência, e assim surgiu a Filosofia; incapaz de desvendar o mistério imaginou a existência de um ser supremo que o havia criado, surge a Religião; multiplicando-se o homem passa a viver em sociedade e vêem as Ciências Sociais; sente necessidade de se comunicar com os companheiros e cria as línguas; passa então a investigar os segredos da natureza e temos as Ciências Puras; de posse destes conhecimentos procura deles tirar proveito, aparecendo as Ciências Aplicadas; e, agora, já se sentindo capaz de criar, dá origem às Artes e à Literatura; finalmente encontramos a História que conta como tudo se passou. (PIEADADE, 1983, p. 89).

A simplicidade e a expansibilidade do sistema de Dewey representavam ao mesmo tempo sua vantagem e sua fraqueza. A divisão do conhecimento humano não é e nunca será definitivo e nem permanecerá satisfatória por um longo tempo. Pelo contrário, estará em constante expansão. Dessa forma, nenhum conjunto de classes de dez, de vinte ou de qualquer outro número, se ajustará às necessidades da classificação indefinidamente. O número de classes de Dewey (e das divisões dentro delas) é limitado por sua notação e a divisão do conhecimento humano por múltiplos de dez será mais

arbitrária e forçada do que a feita apenas com fundamento na análise lógica das divisões próprias a tal conhecimento. (SCHELLENBERG, 1980, p. 13).

Apresentando avanços notáveis em relação ao sistema de Dewey, surge na década de 1930 o sistema do matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramanathan. Para Dahlberg, ele tem um papel privilegiado na moderna Teoria da Classificação. Ranganathan contribuiu, em primeiro lugar, ao introduzir três níveis distintos em que trabalham os classificacionistas (que elaboram sistemas de classificação) e os "classificadores". Os níveis são os seguintes: plano da idéia (nível das idéias, conceitos); plano verbal (nível da expressão verbal dos conceitos); plano notacional (nível de fixação dos conceitos em formas abstratas). A segunda contribuição refere-se à sua abordagem analítico-sintética para a identificação dos assuntos. A classificação de cada documento exige uma análise de seu título ou um enunciado descritivo da ciência à qual pertence esse documento. Após a análise e orientação desses elementos nas chamadas facetas, é possível sintetizá-los em expressões combinatórias que formam a classe, construída analítico-sinteticamente, de um determinado tópico do documento. A terceira contribuição foi o estabelecimento dos 18 princípios, que podem ser considerados como um instrumento para avaliação de sistemas de classificação. (DAHLBERG, 1979, p. 357).

Para Campos (1994, p. 16), as tabelas de classificação bibliográficas existentes não apresentavam bases teóricas para sua elaboração. Ranganathan foi o primeiro a evidenciar os princípios utilizados na concepção de sua tabela. Ele "não elabora somente um trabalho teórico para explicar a construção da tabela, ele apresenta uma teoria sólida e fundamentada para dar à Classificação Bibliográfica um status que a eleva a disciplina independente".

Os princípios propostos por Ranganathan permitem que os conceitos possam ser estruturados de forma sistêmica. Os conceitos se organizam em renques e cadeias, estas estruturadas em classes abrangentes que são as facetas, e estas últimas dentro de uma dada categoria fundamental. O agrupamento de todas as categorias constitui um sistema de conceitos de uma dada área do conhecimento e cada conceito no interior da categoria é também a manifestação dessa categoria. (CAMPOS, 1994, p. 70).

Piedade (1983, p. 78) esclarece que os esquemas de classificação bibliográfica (Classificação Decimal Universal e a Classificação Decimal de Dewey) seguem os predicáveis de Porfírio, isto é, partiam do geral para o específico, dividindo o conhecimento consecutivamente por diversas características. As antigas teorias de classificação pressupunham, continua a autora, que as áreas do conhecimento humano podiam ser subdivididas em classes sucessivas, cada uma mais específica que a anterior, pelo relacionamento gênero/espécie. Contudo, Ranganathan demonstrou, com os seus trabalhos, que as subdivisões podiam ser resultado de outros tipos de relacionamento, tais como: todo/parte, propriedade/possuidor, ação/paciente etc.

O sistema de classificação de Ranganathan, que teve como base a Teoria da Classificação Facetada, apesar do pequeno emprego, mesmo na Índia, representou, sem dúvida nenhuma, um grande avanço da Teoria da Classificação. Principalmente, no que tange à apresentação de princípios para a organização de conceitos hierarquicamente estruturados. (CAMPOS, 1995).

Eram considerados, até recentemente, como elementos básicos de um sistema de classificação as classes principais, classes básicas etc. Entretanto, os trabalhos de Ranganathan e as pesquisas feitas sobre tesouros demonstraram que os sistemas de classificação deveriam considerar como elementos fundamentais não as classes (como subdivisões de um todo), mas os conceitos e

os seus relacionamentos. "Entende-se, hoje, um sistema de classificação, enquanto sistema de ordenação, mais no sentido de obtenção de determinada ordem. Esta ordem pode ser tanto de elementos materiais (por exemplo, documentos) como também de conceitos." (DAHLBERG, 1978, p. 11). Há, portanto, uma ligação clara entre a Teoria do Conceito e a Teoria da Classificação. (CAMPOS, 1994, p. 111).

Campos (1994, p. 1) considera, inclusive, que os esquemas de classificação carregam em si uma estrutura de conceitos. Conceito, para Dahlberg (1978, p. 12), "é a unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais lingüísticos, pode ser comunicado". Em seguida, a autora alemã esclarece que é possível definir o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo lingüístico. (DAHLBERG, 1978, p. 102).

A estrutura de conceitos pressupõe relações. A posse de determinadas características (predicados) por parte dos diferentes conceitos permite verificar que existem relações entre esses mesmos conceitos. Dahlberg (1978, p. 105) define os seguintes tipos de relação entre os conceitos: lógica, isto é, baseada na posse de características comuns; hierárquicas (gênero/espécie), quando dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais do que o outro; partitivas, que é a relação entre um todo e suas partes; de oposição, isto é, de contradição (numérico, não numérico) ou contrariedade (branco, preto) e funcionais, que denotam um processo.

Nesse mesmo caminho, Langridge (1977, p. 37) esclarece que, na moderna Teoria da Classificação, além das categorias, as relações entre as categorias são importantes elementos para análise dos fenômenos.

4 Os campos de aplicação da classificação

Quais seriam os principais campos de aplicação da classificação? Pombo (1998) recorre a Diemer (1974, p. 145) para tentar responder a esse questionamento. Ele identifica quatro grandes orientações: uma orientação ontológica (classificação dos seres), uma orientação gnosiológica (classificação das ciências), uma orientação biblioteconômica (classificação dos livros) e uma orientação informacional (classificação das informações). É claro para o autor que essas quatro orientações correspondem a diferentes fases de desenvolvimento histórico do problema da classificação e todas elas mantêm, ainda hoje, suas especificidades.

A classificação dos seres (primeira orientação) corresponde ao problema da classificação nas ciências o qual, desde Aristóteles até os nossos dias, interessa fundamentalmente aos lógicos e aos cientistas ligados a domínios em que a classificação tem um papel importante, tais como a Biologia, a Geologia, a Cosmologia, a Antropologia ou a tipologia psicológica.

A classificação dos saberes (segunda orientação) é relativa à classificação das ciências. Problema que sempre esteve na ordem do dia dos filósofos e de todos aqueles que procuraram pensar a ciência e os produtos de sua atividade. Embora seja possível recuar até o Renascimento e ao século XVII e encontrar aí o desenvolvimento de uma intensa atividade. É fundamentalmente no século XIX que ela se constitui como atividade própria da Filosofia das Ciências. A classificação das ciências é então atividade filosófica autônoma, determinada por razões teóricas, especulativas, de conquista de uma mais rica compreensão das relações entre os saberes, ou visa efeitos normativos sobre as ciências da época. É assim que com Augusto Comte, Ampère e Spencer, ela se constituirá

no problema central da Filosofia das Ciências. O problema da classificação das ciências, no século XX, perderá essa importância no interior da Filosofia das Ciências. O que não significou que trabalhos fossem apresentados, principalmente por Piaget, Foucault, Peirce e Kedrov.

O terceiro e quartos níveis (classificação dos livros e das informações) são tratados por Olga Pombo ao mesmo tempo. Para a autora, esses dois níveis correspondem à constituição de uma ciência da classificação, isto é, de uma nova área científica que tem por finalidade o estudo de todos os possíveis sistemas de classificação. O objeto de análise dessa nova área é o conceito de classificação na sua idealidade e abstração máxima. O que se persegue: a constituição de uma teoria da classificação que estude a totalidade dos possíveis sistemas de classificação e determine os meios de sua realização. Domínio que, interessando diretamente aos classificacionistas, solicita de novo a colaboração dos filósofos. Diemer (apud POMBO, 1998, p. 21) não hesita mesmo em considerar que a filosofia é a "alma" do projeto de constituição de uma ciência da classificação.

Analisando os trabalhos de Perelman, Pombo (1998, p. 19-33) percebeu que aquele autor distinguia dois tipos fundamentais de classificações: as dicotomias, baseadas na presença ou ausência de uma determinada propriedade; e aquelas baseadas em uma propriedade qualificada como diferença específica. As do primeiro tipo seriam, então, as logicamente mais satisfatórias, pois o espaço classificatório, isto é, o conjunto dos objetos a classificar, é sucessivamente dividido em dois subconjuntos simultaneamente exclusivos e exaustivos. A árvore de Porfírio seria um dos primeiros exemplos desse tipo de classificação, pois se constitui como um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies, que funciona por dicotomias sucessivas.

No caso do segundo tipo de classificação, que é a baseada na diferença específica, a sua dificuldade é tanto maior quanto o número de propriedades que pode desempenhar a função de diferença específica. A escolha de uma ou outra propriedade gera diferentes arranjos das realidades a classificar e, por conseguinte, a constituição de diferentes classificações. "Classificar é então escolher uma entre outras classificações logicamente possíveis procurando encontrar, para a escolha feita, um conjunto de razões suficientes". Por exemplo, é o caso da classificação das ciências onde há sempre várias propriedades que podem dar origem a diferentes classificações. (POMBO, 1998, p. 19-33).

Leo Apostel (apud POMBO, 1998, p. 19-33), discípulo de Chaim Perelman um dos principais representantes da vertente lógica do problema da classificação das ciências, define dois tipos de classificação: as classificações reais e as classificações pragmáticas. As classificações reais são aquelas caracterizadas enquanto hierarquias, finitas e progressivas, de divisões sucessivas, isto é, como devendo comportar um número finito de divisões e um número finito de classes dentro de cada divisão e, em cada nível subsequente, não admitindo conjuntos idênticos a outros conjuntos de níveis anteriores. Tais divisões nunca devem ser vazias nem sobrepostas e devem ser exaustivas, quer dizer, cobrir toda a extensão do domínio a classificar.

As classificações pragmáticas correspondem a uma solução extrínseca, quer dizer, ao abandono do isolamento do domínio a classificar em favor de uma perspectiva em que este é considerado na sua relação com o uso que o classificador pretende dar a esse domínio e com as ações que sobre ele pretende desencadear. (APOSTEL apud POMBO, 1998, p. 19-33).

O lugar privilegiado da classificação pragmática é o contexto da classificação documental e biblioteconômica.

[...] a diferença entre as classificações das ciências e as classificações documentais e biblioteconômicas reside justamente no caráter em geral meramente especulativo das primeiras em contraste com os intuitos funcionais imediatos das segundas. Enquanto que as primeiras são esquemas globais, sistemas teóricos que não descem a detalhes nem se enredam com minúcias de classificação de domínios restritos, as segundas são propostas minuciosamente elaboradas, em geral acompanhadas de um código em que cada classe é designada por um símbolo (veja-se o caso da classificação decimal de Melvil Dewey). (BHATTACHARYYA, RANGANATHAN apud POMBO, 1998, p. 30).

Pombo (1998, p. 19-33) faz uma ressalva quanto às classificações pragmáticas na Biblioteconomia e na Documentação. Para ela, nesses domínios como em todos os outros, as melhores soluções pragmáticas são aquelas que se propõem resolver os problemas de eficiência prática em termos teóricos e conceituais. "É assim que, se para o classificacionista, o que está em causa na apreciação do valor de uma classificação é a sua utilidade prática, a rapidez, exatidão e facilidade da sua utilização, para o filósofo, o problema da classificação é sempre, em última análise, um problema de adequação (...) entre a classificação e o domínio de objetos classificados".

Os sistemas de classificação são divididos por Richardson em teóricos e práticos. Os teóricos compreendem três classes: a filosófica ou científica, interessada de maneira abstrata na ordem das ciências ou na ordem das coisas; a pedagógica, elaborada com referência a cursos de educação; a enciclopédica, semelhante à pedagógica, mas incluindo algum material assim como um pequeno resumo. Os sistemas práticos foram divididos em bibliotético, que servem para o arranjo de livros em estantes de uma biblioteca, e o bibliográfico, relativo ao arranjo de títulos numa bibliografia ou catálogo. (LANGRIDGE, 1977, p. 38).

5 Os princípios de classificação

O principal objetivo de conhecer a trajetória do conceito de classificação e os seus vários usos é, no âmbito desta pesquisa, encontrar, descobrir os fundamentos teóricos e os princípios do processo classificatório. Buscam-se os elementos que permitem a passagem de classificações com bases puramente intuitivas para bases científicas; ou, como prefere Dahlberg, a mudança do *status* da classificação de arte para ciência. A seguir, procura-se definir ou, no mínimo, delinear os aspectos e requisitos principais de um esquema de classificação.

Analisando a estrutura das classificações, Gil (2000, p. 90-110) conclui que elas se estabelecem sobre os princípios constitutivos e de individualização dos entes que categorizam. Para o autor, uma classificação deve empregar uma nomenclatura estável, apropriada e cômoda. São bem conhecidos os avanços realizados em Botânica e em Zoologia. No sistema binominal de Lineu, o gênero é definido por um substantivo e a espécie, por um adjetivo. Na Química, pela notação de Berzelius, mediante a associação de letras e pesos atômicos dos elementos, em que índices numéricos exprimem as proporções nas combinações destes. Essas nomenclaturas colocaram fim a ambigüidades e a uma desordem terminológica que haviam reinado durante séculos. Infelizmente, o autor não registra o grande avanço existente na área de Terminologia. Essa palavra tem, em geral, se-

gundo Campos (1994, p. 136-137), três significados distintos: uma lista de termos e seus significados; os termos de uma área de especialidade e um conjunto de princípios teóricos. O primeiro significado do termo nos leva ao campo dos dicionários técnicos, dos vocabulários e léxicos. Assim, terminologia é entendida como a apresentação ordenada de certo grupo de conceitos e termos de uma área de assunto qualquer. O segundo abrange o estudo científico dos termos de uma área particular de conhecimento em certa língua. O terceiro entende a Terminologia como a área de estudo dos princípios teóricos básicos para o trabalho terminológico, denominado como o estudo científico fundamental da terminologia, isto é, aquele que propicia ao termo o *status* de área de saber, por meio do estabelecimento destes princípios. Neste sentido, etimologicamente “ciência da terminologia significa: ramo do saber, disciplina científica, uma ciência em si, ciência como tal”. (DROZD apud CAMPOS, 1994, p. 136-137).

Há, segundo Apostel (apud POMBO, 1998, p. 19-33), cinco características gerais de toda classificação:

1. cada classificação tem em si um determinado mecanismo classificador que executa, melhor ou pior, as operações necessárias à classificação;
2. cada classificação persegue uma mais ou menos sistemática multiplicidade de fins que, em última análise, vai determinar a sua estrutura;
3. cada classificação é exercida sobre um domínio da realidade cujas estruturas internas tornam mais ou menos fáceis as operações necessárias à classificação;
4. cada classificação constrói-se no contexto das classificações precedentes do mesmo domínio, ou seja, há uma inexorável historicidade das classificações ao longo da qual os domínios classificados podem ser modificados, as divisões podem ser completadas, novos critérios de classificação podem ser acrescentados;
5. para cada classificação existe um produto externo da atividade classificadora que se apresenta como uma árvore genealógica mais ou menos regular, isto é, toda a classificação supõe uma dupla operação: o estabelecimento de equivalências entre classes do espaço classificatório global; o estabelecimento de hierarquias entre subclasses no interior das classes previamente estabelecidas.

Em um exercício de aplicação dessas cinco características às classificações das ciências historicamente produzidas, Pombo (1998, p. 19-33) faz as seguintes considerações:

1. toda classificação das ciências supõe um *agente classificador*, isto é, um filósofo como Bacon ou Peirce, um cientista como Ampère, um epistemólogo como Piaget ou Kedrov, um educador como Cícero ou um construtor de enciclopédia como Diderot e D’Alembert;
2. cada classificação das ciências tem por trás um determinado *mecanismo classificador* que executa as operações necessárias à classificação, tanto em termos da constituição de uma nomenclatura adequada aos diferentes arranjos disciplinares propostos, como operando por obediência a exigências de proliferação, de derivação, de linearidade, de regularidade e simetria, de circularidade, de hierarquia ou mesmo de subordinação;
3. toda classificação das ciências supõe um *princípio de classificação*, que, conforme os casos, poderá ser o fim a que as ciências se propõem, a proximidade ao criador que proporcionam, a ordem histórica da sua constituição e progressiva diferenciação, a natureza

dos objetos estudados, as faculdades humanas mobilizadas, as relações organizativas que mantém entre si, a sua interdependência recíproca ou a sua articulação dialética;

4. toda classificação das ciências persegue uma *multiplicidade de fins* que podem ir do puro interesse especulativo, à orientação normativa da atividade científica, à organização de uma enciclopédia, à determinação de um programa de estudos, ou até mesmo à organização de uma biblioteca ou de um arquivo;

5. a classificação das ciências exerce-se sobre um conjunto de *elementos finitos*, as ciências constituídas ou em vias de constituição. Não sobre todo o conjunto das ciências possíveis, mas tão só sobre o conjunto das ciências constituídas numa determinada época ou nela já previsíveis. No entanto, embora as classificações das ciências visem sempre a cobertura global das ciências do seu tempo, algumas prevêem mecanismos de abertura a ciências ainda não constituídas, ou seja, estão abertas para o futuro, antecipando de alguma maneira a sua própria reestruturação;

6. cada classificação das ciências constrói-se no contexto das classificações precedentes, isto é, implica uma sistemática dos saberes constituídos à época e, também, integra-se no contexto da história das classificações das ciências;

7. para cada classificação das ciências existe um *produto externo da atividade classificadora*, tanto em termos da constituição de uma nomenclatura como da produção de sistemas diagramáticos de articulação das ciências. Conforme os casos, esses sistemas apresentam-se como uma estrutura hierárquica, uma árvore genealógica ou um círculo. No caso das nomenclaturas Fernando Gil (apud POMBO, 1998, p. 23) escreve que “em todos os domínios científicos, tanto na biologia como nas matemáticas, na química e nas ciências da terra, a história das classificações consiste, antes de qualquer outra coisa, na elaboração de sistemas de designações que satisfaçam essas exigências”.

Uma classificação deve, de acordo com Gil (2000, p. 90-110), fundamentar-se a partir de certo número de requisitos, tanto de ordem extensional quanto intencional. Eles são os seguintes:

- as divisões de uma classificação não devem ser vazias nem sobrepor-se no seu conjunto. Devem exaurir a totalidade do domínio em questão. Mas é ainda necessário que elas estejam completamente ordenadas por uma relação de precedência que fixa a hierarquia dos níveis. Por exemplo, uma divisão A precede uma divisão B se, e somente se, A e B dividindo um mesmo domínio fundamental. Existe, pelo menos, um conjunto de B que é um subconjunto próprio de A e não existe nenhum conjunto de B que contenha elementos de conjuntos diferentes de A. Apostel (apud GIL, 2000, p. 90-110) define assim: “uma classificação é estritamente progressiva se não comporta, para qualquer nível subsequente, conjuntos idênticos aos conjuntos dos níveis antecedentes. E é estritamente progressiva de grau *n* se, para qualquer divisão, existem, pelo menos, *n* classes que diferem das classes das fases precedentes”;
- a classificação tem, em princípio, a estrutura de uma árvore genealógica. Provém de um só ponto de partida (conjunto inicial, inferior ou domínio fundamental) e é descontínua e regulada pela relação uno/múltiplo em cada ramificação. Por exemplo, o reino animal, o arquivo de uma organização, os livros de uma biblioteca etc. A classificação pode vir a revelar-se infinita, embora qualquer uma pretenda-se finita e estritamente progressiva. Apostel (apud GIL,

2000, p. 90-110) observa que no domínio fundamental se podem definir relações de ordem, de equivalência e de semelhança, e que a classificação se procurará adaptar a relações. Acrescente-se neste contexto que as classificações são elas próprias geradas graças a relações desses três tipos, na seguinte seqüência: a partir das semelhanças entre objetos (segundo critérios morfológicos e estruturais, genéticos, funcionais, pragmáticos); definem-se equivalências (as classes e subclasses do domínio fundamental), para estabelecer, posteriormente, relações hierárquicas de ordem entre essas classes. Descobrimo, assim, por trás das classificações, a percepção das semelhanças que está também na base da representação;

- a estrutura lógica das classificações é intransitiva. A relação de precedência fixa ascendentes e uma transitividade entre os níveis hierárquicos. Mas ao afirmar que um gênero comporta certo número de espécies e que uma dessas espécies contempla determinado número de variedades, isso não nos autoriza a afirmar que uma dessas variedades se segue logicamente daquele gênero. A transitividade e a continuidade dos níveis instituem-se sobre e contra uma intransitividade na estratificação das unidades classificatórias que compõem a árvore. Nestes termos, as classificações revelam simultaneamente uma tensão entre a seqüência dos níveis hierárquicos (a precedência, a estrutura de ordem) e a passagem de um termo para cada um dos termos posteriores (as ramificações, a estrutura de árvore);
- verifica-se na classificação, com freqüência a existência de casas vazias e intersecções de classes. Haverá, portanto, regiões de indeterminação, cujas causas variarão conforme os domínios ou consoante os critérios de classificação. A classificação designa-se, então, como aproximada e procurar-se-á, em relação a cada um dos problemas indicados, mensurar a aproximação e definir os limites de tolerância quanto à indeterminação. Voltamos, nesse caso, a lembrar que classificação é representação da realidade e como tal há limites para sua operação. Limites dados principalmente pelo fato de ser uma atividade humana que carrega em si todos os condicionantes de ordem cultural, social, ideológica e política;
- não só ocorrem indeterminações na maior parte das classificações como é ainda impossível corrigir a dependência destas em relação ao estado dos conhecimentos. O peso das indeterminações varia conforme os níveis. Em uma classificação biológica, por exemplo, um erro sobre a variedade de uma espécie será menos importante do que um erro sobre uma família;
- conforme as designações tradicionais, a classificação estabelece-se a partir da essência, que define as classes, e da diferença específica, que distingue as classes. Essas duas noções continuam no fundamento dos mecanismos classificadores. A essência dependerá sempre de decisões epistêmicas;
- na hierarquia dos níveis, as propriedades do limite inferior, embora se estendendo ao conjunto de divisões, tornam-se progressivamente menos essenciais para a definição dos níveis sucessivos na sua especificidade. Em contrapartida em relação à classificação no seu conjunto, as propriedades mais essenciais continuarão a ser as do limite inferior. Uma classificação deve ser lida simultaneamente de cima para baixo e de baixo para cima;
- no aspecto intencional, as propriedades devem ser nítidas e as divisões se baseiam nas próprias coisas e que o fundamento das divisões se mantenha inalterado para todas as divisões a um mesmo nível;
- no que se refere à extensão, as exigências intencionais não são geralmente satisfeitas na

sua totalidade. Nem os traços distintos são sempre inteiramente unívocos, nem o fundamento das divisões de mesma ordem se revela sempre único. E, nas próprias coisas, nunca se saberá decidir *a priori* que caracteres preferir, mesmo em presença de uma massa considerável de informação. Por exemplo, o fundamento das divisões botânicas foi procurado na corola, por Tournefort; nas proporções e na posição dos estames relativamente ao pistilo, por Lineu; no desenvolvimento do embrião, por Jussieu; em considerações de simetria, por Candolle. A escolha de critérios intencionais é o motor da história das classificações;

- uma divisão dentro da classificação dir-se-á natural quando é a mais adaptada (aproximadamente) a um domínio. E absolutamente natural se significar a divisão natural relativamente ao conjunto completo das divisões cientificamente possíveis de um domínio. A idéia de uma divisão natural só é aceitável se levar em conta o caráter provisório de toda classificação empírica e que a noção de divisão absolutamente natural tem um interesse apenas heurístico, pois nunca se conhecerá o conjunto das participações cientificamente possíveis de qualquer domínio empírico.

Sobre esse último requisito, a questão da naturalidade da classificação, pela sua importância merece algumas considerações. Liard (1979, p. 122), a partir de uma vertente da Lógica, entende que a divisão pode ser feita observando características superficiais e mutáveis ou então a partir de caracteres essenciais e permanentes. No primeiro caso, a classificação será chamada de artificial. Assim, segundo o autor, poderíamos classificar os homens de acordo com a variável cor dos cabelos ou arranjar os livros em estantes de acordo com o formato ou encadernação, sinais, todos esses, que não se prendem à essência dos objetos distribuídos e podem ser modificados, suprimidos mesmo, sem a alteração dessa essência. Esse tipo de divisão seria útil para servir de auxílio à memória e facilitar as buscas em numerosas coleções de objetos diversos. Não possuindo assim alcance científico. Diferentemente da divisão natural. O fim de toda classificação natural é encontrar e exprimir a ordem seguida pela natureza no meio das dissemelhanças quase infinitas dos seres.

Na taxionomia biológica, o conceito de classificações naturais variou bastante ao longo do tempo. Essas classificações eram, em um primeiro momento, baseadas na similaridade geral dos organismos entre si. Em seguida, eram reflexo dos arquétipos existentes na natureza e, em um terceiro momento, eram reflexo da evolução orgânica, isto é, a suposição de que membros de um *taxon*, possuindo uma herança comum, descendentes do mesmo ancestral, possuirão mais caracteres compartilhados do que quaisquer espécies não relacionadas. As classificações artificiais eram consideradas arbitrarias, pois se serviam de um conjunto de caracteres ou de caracteres não representativos.

Piedade (1983, p. 18), a partir de uma abordagem documental, considera como natural quando a divisão é inerente ou inseparável do objeto a classificar e é artificial quando é ocasional, acidental e variável. Dessa forma, uma classificação artificial baseia-se em características superficiais e fáceis de observar, mas que não representam relações verdadeiras e, por esta razão, é uma classificação menos perene. Uma classificação será tão mais natural quanto maior for o número dos atributos e das qualidades imutáveis comuns aos membros de suas classes.

Pombo (1998, p. 8) analisa a questão da naturalidade ou arbitrariedade uma vez que a escolha da classificação se faz a partir da maior ou menor atenção às afinidades que devem permitir reunir em classes as diversas realidades a classificar. "Nas classificações naturais, os elementos que têm maiores afinidades entre si deveriam estar mais próximos no espaço classificatório do que aque-

les que têm menores afinidades”. (PERELMAN apud POMBO, 1998, p. 26). A autora portuguesa, entretanto, entende que a classificação não faz mais do que romper arbitrariamente a “cadeia de imperceptíveis nuances”, que liga os seres entre si. Buffon, em contraposição a Lineu na discussão da classificação em História Natural, postula que:

É impossível dar um sistema geral, um método perfeito, não somente para a totalidade da história natural como mesmo para um só dos seus ramos pois, para fazer um sistema, um arranjo, numa palavra, um método geral, é necessário que tudo aí esteja compreendido; é necessário dividir esse todo em diferentes classes, dividir essas classes em gêneros, subdividir os gêneros em espécies, e tudo isso seguindo uma ordem na qual entra necessariamente o arbitrário. (grifo nosso) Mas a natureza caminha por gradações desconhecidas e, por conseqüência, ela não se pode prestar totalmente a essas divisões uma vez que ela passa de uma espécie a outra, e muitas vezes de um gênero a outro, por nuances imperceptíveis, de tal forma que se encontra, um grande número de espécies intermediárias e de meios-objetos que não sabemos onde colocar e que perturbam necessariamente o projeto de um sistema geral. (BUFFON apud POMBO, 1998, p. 27).

Mesmo considerando importante a presença do conteúdo arbitrário na classificação da História Natural, Buffon entendia que a classificação “mais natural” só pode ser aquela em que o homem ocupe o centro. “O ponto de vista do homem é o único princípio a partir do qual a classificação se pode estabelecer. A multiplicidade dos seres só pode ser unificada e subsumida a partir da relação que o homem estabelece com esses seres”. (BUFFON apud POMBO, 1998, p. 27).

Langridge (1977) identifica quatro pontos fundamentais na classificação: “toda classificação está relacionada a um propósito”; “a classificação transforma impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos reconhecidos e padrões recorríveis”; “os mesmos objetos podem ser classificados de maneiras diferentes dependendo do propósito a que se destinam”; “não há substituto à classificação”.

O autor inglês estabelece, também, que as regras básicas para a classificação devem ser encontradas na Lógica. Para ele “a lógica trata de procedimentos corretos de raciocínio. Assim, embora seja habitualmente considerada como um ramo da Filosofia, é aplicável a todas as disciplinas que tentem chegar a conclusões através da evidência”. (LANGRIDGE, 1977, p. 24). Entende, também, que a classificação (agrupamento de objetos em classes) e divisão lógica (divisão da classe em subclasses) são dois aspectos de uma mesma atividade.

As regras básicas são as seguintes:

1. a característica (princípio) de divisão deve produzir no mínimo duas classes. Por exemplo, a característica de sexo (princípio de divisão) aplicada à classe de pessoas gera duas subclasses: masculino e feminino;
2. podem existir quantas características (princípios de divisão) quantas forem necessárias,

mas apenas um princípio de divisão deve ser usado de cada vez para produzir classes ou subclasses mutuamente exclusivas. A sobreposição faz com que não se possa precisar a classe ou subclasse do objeto. Por exemplo, a divisão de uma classe “pessoas” ao mesmo tempo por sexo e idade cria um erro que é conhecido como classificação-cruzada. Dessa forma, uma mulher de trinta anos de idade pode ser classificada na subclasse feminino ou na subclasse da faixa etária;

3. as subclasses devem ser completamente exaustivas quanto à classe origem. Assim, todo elemento da classe origem deve ser enquadrado em uma subclasse;

4. ao dividir uma classe sucessivamente em subdivisões cada vez menores, nenhuma etapa de divisão deve ser omitida, pois, de outra forma, haverá objetos que não poderão ser classificados adequadamente. Essa regra, explica Langridge, é conhecida como princípio de modulação.

Langridge (1977, p. 26), entretanto, percebe algumas limitações ao uso dessas regras de divisão lógica. A primeira é que nem sempre é possível construir classes ou subclasses mutuamente exclusivas, principalmente quando você trabalha com classificações de idéias. Os objetos e as coisas não estão soltos no espaço, eles se relacionam. E essa interrelação dificulta a criação de classes e subclasses mutuamente exclusivas.

É difícil também, lembra o autor, ter certeza se um conjunto de subclasses esgota completamente a classe origem. A realidade é dinâmica e, portanto, novas classes e novas subdivisões surgem em um ritmo muito acelerado. Da mesma forma, é complicado saber se uma determinada classe foi subdividida em toda sua extensão (regra 4).

Mas o que ele considera mais limitante na utilização das regras da divisão lógica é que ela se refere apenas a um tipo de relação entre os conceitos: gênero/espécie. Outros tipos de relação não são utilizados, tal como a partitiva, que é confundida, geralmente, com a divisão lógica (gênero/espécie). A relação partitiva é a divisão de um todo em suas partes. O exemplo que Langridge (1977, p. 26) utiliza é bastante elucidativo: “se divido os países de clima quente e países de clima frio estou realizando uma divisão lógica e mostrando relação gênero/espécie. Mas se divido a Inglaterra em seus condados estou meramente mostrando uma relação todo/parte. Um país quente é obviamente um tipo de país e Surrey é igualmente óbvio não ser um tipo de Inglaterra, mas uma parte”.

6 Considerações gerais

O papel da Filosofia na história das classificações é fundamental para dar a atividade classificadora o viés científico e o distanciamento de bases meramente intuitivas. Como diz Diemer (apud POMBO, 1998, p. 19-33), a Filosofia é a “alma” do processo classificatório. Não se quer impor soluções estranhas, mas, sobretudo, dar uma contribuição para a reflexão e o diálogo para aqueles que procuram trabalhar de forma interdisciplinar na elaboração técnica e científica de esquemas de classificação em arquivos.

É claro que há diferenças entre os propósitos da classificação das ciências e da classificação de documentos arquivísticos, por exemplo. Enquanto as primeiras têm um caráter geralmente especulativo, a segunda tem objetivos pragmáticos, pois o valor dela está ancorado na sua utilidade prática, rapidez, exatidão e facilidade de uso. Mas as melhores soluções pragmáticas são aquelas que

se propõem resolver os problemas de eficiência prática em termos teóricos e conceituais, como nos lembra Pombo (1998).

Percorrendo os princípios e requisitos propostos pelos filósofos e pelos estudiosos da Teoria da Classificação, podemos afirmar que alguns são perfeitamente aplicáveis ao processo classificatório em Arquivística em toda sua dimensão e especificidades. São eles:

- a classificação é uma representação da realidade e como tal uma aproximação. É necessário, entretanto, definir níveis de tolerância quanto à indeterminação. Há limites para essa operação. Limites reconhecidos na própria característica humana de sua elaboração. As indeterminações são mais comprometedoras quando ocorrem nos níveis mais altos da estrutura de classificação;
- a classificação persegue um fim, um objetivo, uma finalidade. No caso dos arquivos, é a organização dos documentos;
- a classificação em arquivos presume um agente classificador, que é o arquivista;
- a classificação tem por trás um mecanismo classificador que executa as operações necessárias, tanto em termos do estabelecimento de uma denominação adequada a cada unidade de classificação quanto nas exigências de proliferação, de derivação, de linearidade, de regularidade e simetria, de circularidade, de hierarquia e subordinação;
- a classificação necessita de um princípio de classificação ou de divisão estabelecido pela finalidade e pelas características e relação dos objetos;
- o princípio de classificação é natural quando é o mais adaptado (aproximado) ao conjunto documental;
- o fundamento da divisão deve se manter inalterado para todas as divisões realizadas no mesmo nível, ou seja, deve-se utilizar um único princípio de classificação de cada vez;
- a relação entre os vários níveis (relação entre os conceitos) não pode se resumir ao modelo aristotélico de gênero/espécie, outras relações podem ser utilizadas na articulação entre os níveis;
- as divisões, resultado da aplicação de um princípio de classificação, não devem ser vazias e nem sobrepor-se no seu conjunto. Devem sempre exaurir a totalidade do domínio (extensão) de cada nível de classificação;
- a classificação em arquivos exerce-se sobre um conjunto finito de elementos: o arquivo de uma pessoa física ou jurídica. Ela provém de um único ponto de partida (conjunto inicial);
- a classificação deve ser lida simultaneamente de cima para baixo e de baixo para cima.
- a classificação em arquivos tem como resultado um produto: o instrumento de classificação (plano de classificação). E é nele que deverão estar representadas as equivalências e as hierarquias.

Entendemos que esses requisitos e princípios constituem importantes contribuições para a elaboração de planos de classificação de documentos arquivísticos, porque se articulam de maneira muito clara, sem comprometer a integridade, com as especificidades e características do objeto da Arquivística.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Gilda. A representação da informação na desconstrução do contexto. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 53-57, jul./dez. 1996.
- CAMPELLO, Bernadete Santos (Org.). *Formas e expressões do conhecimento*. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.
- CAMPOS, Astério Tavares. Linguagens documentárias. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 85-88, jan./jun. 1986.
- CAMPOS, Maria Luiza Almeida. *Em busca de princípios comuns na área de representação da informação: uma comparação entre o método de classificação facetada, o método de tesouro-baseado-em-conceito e a teoria geral da terminologia*. 1994. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- CAMPOS, Maria Luiza Almeida. Perspectivas para o estudo da área de representação da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.
- DAHLBERG, Ingetraut. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, 1978.
- DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da Classificação, ontem e hoje. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976. *Anais...* Rio de Janeiro: IBICT; [Brasília]: ABDF, 1979. p. 352-370.
- DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 11-107, 1978.
- ECO, Umberto. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: MARCO, Francisco Javier García (Ed.). *Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 65-90.
- FERNANDEZ, Rosali P. Classificação - um processo fundamental da natureza humana. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976. *Anais...* Rio de Janeiro: IBICT; [Brasília]: ABDF, 1979. p. 254-268.
- GIL, Fernando. Classificações. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000. p. 90-110.
- HÉON, Gilles. La classification. In: COUTURE, Carl. *Les fonctions de L'Archivistique contemporaine*. Québec: Presses de L'Université du Québec, 1999. p. 219-254.
- HÉON, Gilles. Les plans de classification em archivistique. *Archives*, v. 27, n. 1, p. 73-90, 1995.
- KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996.
- KUMAR, Krishan. *Theory of Classification*. New Delhi: Vikas, 1988.
- LANGRIDGE, Derek. *Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
- LIARD, L. *Lógica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, Maria Paz. Dificultades para la concepción de una classifica-

ción universal em Archivística. In: MARCO, Francisco Javier García (Ed.). *Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 91-98.

PARROCHIA, Daniel. Classifications, histoire et problèmes formels. *Bulletin de la Société Francophone de Classification*, Paris, n. 10, mar. 1998.

PIEIDADE, M. A. Requião. *Introdução à Teoria da Classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Leituras*. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, n. 2, p. 19-33, 1998.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de Sousa. *As bases do processo classificatório em Arquivística: um debate metodológico*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de Sousa. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg, LOPES, Ilza Leite (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: CID/Thesaurus, 2003.

SOUZA, Rosali Fernandez. Áreas do conhecimento. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/abr04/Art.02.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2004

SOUZA, Rosali Fernandez; MANASFI, Cristina Valente. Organização do conhecimento em uma estrutura classificatória, no contexto da indexação e recuperação da informação: um relato de pesquisa. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 37-49, jul./dez. 1996.

VIGNEAU, André. Les documents informatiques: pour une classification efficace. *Cursus*, Montreal, v. 1, n. 2, abr. 1996. Disponível em: <<http://www.ebsi.umontreal.ca/cursus/index.html>>. Acesso em: 8 set. 2003.

ANÁLISE DOCUMENTÁRIA DE CRÔNICAS JORNALÍSTICAS

Uma busca de diretrizes teóricas e metodológicas

Dilza Ramos Bastos

Mestre em Ciência da Informação
Fundação Casa de Rui Barbosa
dilzabastos@gmail.com

Maria Luiza de Almeida Campos

Doutora em Ciência da Informação
UFF/Departamento de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação UFF/IBICT
mlcampos@nitmet.com.br

RESUMO

O impacto das novas tecnologias nos processos de comunicação científica tem gerado novas necessidades de investigação sobre o processamento documental. No campo da pesquisa em Literatura e História, os sistemas de informação não dão conta da demanda crescente e cada vez mais específica. A crônica tem grande importância para a pesquisa sob vários aspectos, inclusive por sua temática. Contudo, sua análise pode ser uma questão complexa, pois não é possível se propor para a crônica uma simples análise textual, o que exige uma leitura documental integral. A partir de revisão da literatura, de uma investigação da natureza da crônica e da análise documental em suas fases constituintes foi analisada a representação da informação, no processamento documental da coleção de crônicas de Carlos Drummond de Andrade publicadas no Jornal do Brasil, efetuada em uma unidade de informação especializada. Desse modo, foi buscada fundamentação teórica e metodológica para o tratamento de crônicas jornalísticas, a fim de aprimorar sua análise documental e o atendimento aos usuários.

Palavras-chave: *Análise documental; Crônica; Metodologia.*

Documentary Analysis for the Journalistic Chronicles: a search of theoretical and methodological lines of direction

Abstract

The impact of new technologies on the processes of scientific communication has been generating new needs of investigation on the documental processing. In the research field of Literature and History, the information systems do not meet the needs of the increasing and more specific demand. The chronicle has great importance for research under several aspects, also for its thematic. However, its analysis can be a complex matter, because it's not possible to propose a simple textual ana-